

# **SFS, GESTÃO E CONSULTORIA, S.A.**

**Sede: Lugar do Espido, Via Norte - 4470-177 Maia**

**Capital Social 34.651.800 euros**

**Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o  
número único de matrícula e identificação fiscal 513 922 369**

## Relatório de Gestão

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e dos Estatutos, apresentamos a V. Ex<sup>ª</sup> s, o Relatório de Gestão e Contas relativos ao exercício de 2021.

### 1. Introdução

A SFS, Gestão e Consultoria, S.A. (doravante Empresa ou “SFS GC”) é uma sociedade anónima, constituída em 5 de abril de 2016, com sede em Lugar do Espido, Via Norte, 4470-177 Maia e tem por atividade principal a prestação de serviços de consultoria de gestão, nomeadamente, a gestão da rede de Cartões Dá, a prestação de serviços de consultoria de gestão e marketing e mediação de seguros.

A Empresa pertence ao grupo Sonae, SGPS, S.A., com sede na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Portugal.

### 2. Contexto macroeconómico

À semelhança do ano anterior, 2021 ficou marcado por um elevado nível de incerteza relativamente à evolução da situação epidemiológica e às suas consequências económicas e sociais. Nas economias avançadas, o ritmo acelerado dos programas de vacinação contra a COVID-19 e a crescente inoculação das populações reduziram os níveis de mortalidade da doença e, conseqüentemente, a pressão sobre os sistemas de saúde permitindo um movimento geral de redução das restrições à mobilidade e à retoma da atividade económica em 2021, apesar de interrompido no final do ano devido a uma renovada vaga de infeções a um ritmo sem precedentes.

De uma forma geral, as menores limitações em vigor em 2021, a familiarização dos agentes económicos com o contexto pandémico e a manutenção dos apoios monetários e governamentais a empresas e famílias possibilitaram a recuperação, ainda que heterogénea, da atividade económica.

Em Portugal, a deterioração da situação epidemiológica no início do ano deu origem a um novo confinamento geral e a medidas fortemente restritivas para atividade económica. Porém, a redução do número de novos casos de infeção pelo SARS-CoV-2, assim como o avanço do programa de vacinação, possibilitou o levantamento gradual destas medidas a partir de maio, e a progressiva normalização das atividades económicas. Conseqüentemente, as condições no mercado de trabalho melhoraram significativamente, com a população empregada a superar o nível de 2019 e a taxa de desemprego no final do 3º trimestre de 2021 a atingir os 6,1% (vs. 6,5% no final de 2019), sustentando o crescimento do rendimento disponível das famílias. Também a atividade turística recuperou com o número de dormidas e hóspedes a mais do que duplicar face ao ano transato, mantendo-se, contudo, distante dos referenciais pré-pandemia. Desta forma, no 3º trimestre o PIB real encontrava-se +19% acima do valor registado no 2º trimestre de 2020, período marcado pelo primeiro confinamento, embora ainda -3,2% abaixo do registado no último trimestre de 2019.

Depois do consumo privado ter colapsado em 2020 (-7,1%), em 2021 apresentou um maior dinamismo e recuperou parcialmente, suportado pelas menores restrições em vigor, pelo aumento do emprego, pelos sólidos níveis de confiança dos consumidores, pela manutenção das condições financeiras favoráveis, e pelo aumento extraordinário da poupança das famílias, em termos agregados. Em 2021, a despesa das famílias aumentou em termos homólogos em todas as principais rubricas, inclusive as despesas em bens alimentares, que em 2020 tinham já crescido +6,4% face a 2019, continuando a beneficiar, em 2021, da transferência de despesas que antes da pandemia eram tipicamente destinadas à restauração e hotelaria.

As pressões inflacionistas também se fizeram sentir na economia portuguesa, embora de uma forma menos aguda do que na generalidade dos países europeus. A evolução da inflação e o seu impacto na economia global e nacional permanece uma das principais incógnitas para 2022, apesar de o BCE insistir que a inflação na zona euro continua ancorada e sob controlo, em fevereiro de 2022 admitiu que o seu carácter temporário poderá ser mais prolongado, e sinalizou que poderá proceder a aumentos da taxa de juro de referência ainda durante o ano de 2022, ao contrário do que defendia até então.

Foi neste contexto turbulento e de incerteza que se desenvolveu a atividade da Empresa durante o ano de 2021.

### **3. Perspetivas para 2022**

O rápido ritmo de vacinação contra a COVID-19 nos países desenvolvidos, juntamente com a inoculação natural da população alimentam a esperança de que a pandemia possa estar próxima do seu término. Contudo, continua a existir uma elevada incerteza em torno evolução do contexto epidemiológico e do surgimento potencial de novas variantes. Adicionalmente, a invasão do território ucraniano pela Rússia, as sanções económicas decretadas pelo Ocidente como retaliação, e a elevada incerteza sobre o desenrolar do conflito terão um impacto negativo na performance das economias mundial, da zona euro e de Portugal, devido à manutenção do elevado preço da energia, consequente inflação por um período mais longo e procura externa deprimida. Se, por um lado, esta situação intensificará as pressões sobre o BCE para aumentar as taxas de juro de referência para contrariar a elevada inflação na zona Euro, situação que provavelmente agravará os custos da dívida para estados, empresas e famílias, por outro lado, o impacto negativo para o crescimento da economia da zona Euro provavelmente influenciará o BCE a adiar a implementação de possíveis ações. Desta forma, perspetiva-se para os principais blocos económicos um abrandamento do ritmo de crescimento do PIB em 2022. O PIB (real) da Economia Mundial deverá crescer +4,4%, com o nível de atividade económica a manter-se condicionado durante o primeiro trimestre do ano devido à vigência das restrições para limitar a proliferação do vírus., assim como do impacto do conflito Rússia-Ucrânia.

Portugal deverá continuar o processo de recuperação do PIB, impulsionado pelo melhor contexto epidemiológico, pelo maior ritmo de implementação do plano de recuperação económica, ao abrigo do Next Generation EU, e pela recuperação das atividades turísticas que, contudo, deverão permanecer condicionadas pela incerteza, nomeadamente pelo impacto negativo nos preços da energia e na inflação decorrente do conflito na Rússia-Ucrânia. Os indicadores do mercado de trabalho

deverão continuar a melhorar, porém, o término dos programas de moratória de crédito e a remoção dos apoios governamentais extraordinários poderão induzir a um acréscimo dos incumprimentos de crédito e das insolvências. Os preços da energia deverão manter-se elevados e os seus efeitos transmitir-se para os variados setores de atividade. Contudo, não se perspetiva uma deterioração significativa das condições financeiras ou dos custos de financiamento da dívida soberana. Finalmente a maioria absoluta conquistada pelo Partido Socialista nas eleições legislativas de janeiro deverá conferir uma maior estabilidade governativa ao longo dos próximos 4 anos.

Em geral, o contexto macroeconómico de 2022 manter-se-á incerto e dependente da situação epidemiológica, com riscos elevados a emergirem do contexto geopolítico internacional, nomeadamente do conflito Rússia-Ucrânia, e da escalada da inflação. Não obstante, 2022 deverá marcar o regresso aos níveis de atividade económica pré-pandemia.

#### **4. Atividade desenvolvida em 2021**

No ano de 2021 a Empresa deu continuidade à execução do plano de negócios aprovado em anos anteriores, com especial enfoque na exploração dos negócios de gestão dos Cartões Dá para o conjunto de empresas do Grupo Sonae aderentes, na exploração da atividade de agente de seguros e na atividade de prestação de serviços de consultoria em gestão de projetos e arquitetura.

Os Cartões Dá continuaram, em 2021, a registar um crescimento de atividade, aferido pelo volume de carregamentos realizados nestes instrumentos de fidelização da clientela das empresas de retalho do Grupo Sonae. De realçar a manutenção de performance do segmento de Cartões Dá Refeição, instrumento que proporciona aos seus titulares os benefícios fiscais associados ao pagamento do subsídio de refeição em instrumentos de utilização restrita a estabelecimentos de bens alimentares.

Como agente de seguros a Empresa comercializa uma gama alargada de seguros, sob a marca Universo: o Universo Proteção Saldo Cartão, Universo Proteção Ordenado, Universo Proteção Família, Universo Proteção Viagem, o Universo Proteção Casa e o Universo Proteção Saúde. Esta linha de negócio, alavancada no potencial de contacto com a base de clientes Universo, mas também nas fórmulas inovadoras e simples (“no frills”) das coberturas, tem-se vindo a afirmar como uma linha de negócio de elevado potencial.

A SFS GC continuou a dinamizar a nova área de negócios, constituída em dezembro de 2018, de consultoria imobiliária e de acompanhamento de execução de projetos de arquitetura para empresas do Grupo Sonae, mas também para clientes externos. Esta atividade gerou um contributo positivo para os resultados da Empresa, tal como em anos anteriores.

A Empresa acompanhou a atividade da sua participada detida em 50%, a MDS, SA, a maior corretora independente de seguros a operar em Portugal. Em 23 de dezembro de 2021 a Empresa assinou um acordo para a alienação da totalidade da sua participação à Ardonagh Services, Limited, por cerca de 100 milhões de euros. A operação acordada está dependente da obtenção das autorizações regulatórias normais para este tipo de transações (supervisão e concorrência), sendo expectável a sua concretização durante o 1º semestre de 2022.

Adicionalmente a Empresa manteve, em 2021, a sua participação de 10% no fundo Bright Tech Innovation I, uma instituição especializada em gestão de investimentos em capital de risco.

A Empresa manteve em 2021 uma equipa reduzida, especializada em canais B2B, apoiando-se, “by design”, na contratação de serviços especializados a outras empresas do Grupo Sonae para a aporção das competências necessárias ao desenvolvimento do seu plano de negócios e ao suporte corrente da atividade.

Neste contexto de continuidade, a Empresa manteve a contratação à Universo, IME, SA, possuidora reconhecida de uma equipa profissional altamente competente em áreas como Marketing, Business Analytics, Gestão de Canais, Information Technology e Business Reporting, um conjunto de serviços, em base regular, que completam as competências core da Empresa.

A Empresa tinha em 31 de dezembro de 2021, para além da Administração, 19 colaboradores.

## **5. Eventos subsequentes**

Não ocorreram eventos significativos após 31 de dezembro de 2021 até esta data que necessitem de ser divulgados.

## **6. Gestão de risco financeiro**

Os princípios gerais da gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração.

As atividades da SFS GC estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de mercado, risco de liquidez e risco de crédito.

O Conselho de Administração assume a responsabilidade por definir os princípios para a gestão dos riscos e as políticas que cobrem áreas específicas como: o risco de taxa de câmbio, o risco de taxa de juro, o risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

### **6.1 Risco de mercado – risco taxa de juro**

O risco de flutuação da taxa de juro pode-se traduzir num risco de fluxo de caixa ou num risco de justo valor, consoante se tenham negociado taxas de juro variáveis ou fixas.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2021, não existiram empréstimos remunerados recebidos de instituições financeiras, mas existiram empréstimos remunerados ativos ao acionista único para aplicação do excedente de liquidez.

## 6.2 Risco de liquidez

Uma gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas perante os seus fornecedores, colaboradores, acionistas e outros credores.

As necessidades de fundo de maneio referentes à atividade da SFS GC durante o ano de 2021 foram asseguradas pela atividade da Empresa e estima-se que, em 2022, também assim seja.

## 6.3 Risco de crédito

O risco de crédito referente à atividade da SFS GC continuou a ser muito reduzido, visto que mais de 90% das vendas de Cartões Dá (a principal atividade da Empresa) a clientes B2B são efetuadas após boa cobrança; adicionalmente, as vendas do canal B2C são efetuadas através de lojas do grupo Sonae e compensadas com as utilizações dos Cartões Dá também em lojas do grupo Sonae, mitigando risco de crédito.

## 7. Proposta de aplicação de resultados

Conforme consta das contas, o resultado líquido foi de 1.022.005,46 euros. Este valor resulta do facto da Empresa ter, nos termos das normas contabilísticas aplicáveis, reconhecido como gasto nas contas do exercício o valor de 62.209,51 euros como montante afeto a atribuição de lucros aos trabalhadores. O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício seja aplicado como segue:

Reserva legal	51.101,00 euros
---------------	-----------------

Dividendos	970.904,46 euros
------------	------------------

Aos nossos Clientes, Colaboradores, Fornecedores e demais Entidades, manifestamos o nosso agradecimento pelo apoio e preferências demonstrados.

Maia, 31 de março de 2022

O Conselho de Administração,

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Paulo Jorge Henriques Pereira

Carlos Eduardo Afonso Braziel da Cruz David

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	650.292,17	663.262,36
Ativos intangíveis	6	3.308.929,69	3.674.273,23
Ativos sob direito de uso	7	581.632,15	844.353,05
Investimentos	8	-	32.034.003,17
Outros ativos financeiros	4, 9	3.001.492,36	3.000.800,03
Ativos por impostos diferidos	10	2.839.926,83	3.076.155,87
Total de ativos não correntes		10.382.273,20	43.292.847,71
<b>ATIVOS CORRENTES:</b>			
Clientes	4	493.623,75	686.630,97
Outras contas a receber	4, 11	46.737.318,45	31.303.978,08
Imposto sobre o rendimento	12	-	481,50
Outros ativos correntes	4	89.846,76	266.809,04
Caixa e equivalentes de caixa	4, 13	604.318,68	440.252,43
Total de ativos correntes		47.925.107,64	32.698.152,02
Ativos não correntes detidos para venda	8	32.034.003,17	-
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>90.341.384,01</b>	<b>75.990.999,73</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social	14	34.651.800,00	34.651.800,00
Prêmios de emissão		1.747.600,00	1.747.600,00
Reservas legais	14	189.154,00	28.828,00
Reservas e resultados transitados		259.194,12	259.194,12
Resultado líquido do exercício		1.022.005,46	3.206.511,61
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>37.869.753,58</b>	<b>39.893.933,73</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Passivo de locação	7	458.232,69	691.229,91
Passivos por impostos diferidos	10	130.867,23	189.979,44
Total de passivos não corrente		589.099,92	881.209,35
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Passivo de locação	7	250.581,73	300.573,95
Fornecedores	4	940.004,42	331.727,64
Outras contas a pagar	4, 15	49.097.014,59	32.718.939,85
Imposto sobre o rendimento	12	231.165,09	12.477,54
Outros passivos correntes	4, 16	1.363.764,68	1.852.137,67
Total de passivos correntes		51.882.530,51	35.215.856,65
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>52.471.630,43</b>	<b>36.097.066,00</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>90.341.384,01</b>	<b>75.990.999,73</b>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Ana Paula Vieira e Pinho

O Conselho de Administração

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis  
Paulo Jorge Henriques Pereira  
Carlos Eduardo Afonso Braziel da Cruz David

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(Montantes expressos em euros)

	Notas	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Rédito	17	4.481.940,06	2.698.740,74
Rendimentos e ganhos financeiros	18	249.236,38	261.528,61
Outros rendimentos	19	1.531.766,37	1.556.135,89
Fornecimentos e serviços externos	20	(2.517.071,85)	(2.630.083,40)
Gastos com o pessoal	21	(732.134,00)	(720.755,39)
Depreciações e amortizações	5, 6, 7	(403.330,10)	(309.749,58)
Provisões e perdas por imparidade	6	(356.700,00)	-
Gastos e perdas financeiros	18	(40.345,36)	(36.030,99)
Outros gastos	22	(786.215,92)	(462.009,13)
Resultado antes de impostos		1.427.145,58	357.776,75
Imposto sobre o rendimento	12	(405.140,12)	2.848.734,86
Resultado líquido do exercício		1.022.005,46	3.206.511,61
Resultado por ação (básico e diluído)	24	0,03	0,09

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Ana Paula Vieira e Pinho

O Conselho de Administração

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis  
Paulo Jorge Henriques Pereira  
Carlos Eduardo Afonso Braziel da Cruz David



DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital social	Prémios de emissão	Reservas legais	Reservas e resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2020	14	34.651.800,00	1.747.600,00	21.822,50	126.090,12	140.109,50	36.687.422,12
Aplicação do resultado de 2019							
Transferências		-	-	7.005,50	133.104,00	(140.109,50)	-
Total do rendimento integral do exercício		-	-	-	-	3.206.511,61	3.206.511,61
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14	34.651.800,00	1.747.600,00	28.828,00	259.194,12	3.206.511,61	39.893.933,73
Saldo em 1 de janeiro de 2021	14	34.651.800,00	1.747.600,00	28.828,00	259.194,12	3.206.511,61	39.893.933,73
Aplicação do resultado de 2020							
Transferências		-	-	160.326,00	-	(160.326,00)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	(3.046.185,61)	(3.046.185,61)
Total do rendimento integral do exercício		-	-	-	-	1.022.005,46	1.022.005,46
Saldo em 31 de dezembro de 2021	14	34.651.800,00	1.747.600,00	189.154,00	259.194,12	1.022.005,46	37.869.753,58

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Ana Paula Vieira e Pinho

O Conselho de Administração,

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis  
Paulo Jorge Henriques Pereira  
Carlos Eduardo Afonso Braziel da Cruz David

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		4.019.162,25	2.448.651,76
Pagamentos a fornecedores		(2.095.180,71)	(2.007.744,36)
Pagamentos ao pessoal		(744.122,06)	(702.057,15)
Fluxos de caixa gerados pelas operações		1.179.859,48	(261.149,75)
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		(8.854,25)	7.697,50
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		16.217.839,67	(660.546,88)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		17.388.844,90	(913.999,13)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		(11,50)	820,62
Juros e rendimentos similares		251.274,69	249.069,15
Empréstimos concedidos	25	149.720.000,00	113.792.000,00
		149.971.263,19	114.041.889,77
Pagamentos respeitantes a:			
Outros ativos financeiros		(692,33)	(3.000.423,56)
Ativos fixos tangíveis		(122.409,26)	(657.318,23)
Ativos intangíveis		(3.976,09)	(3.632.393,72)
Empréstimos concedidos	25	(163.674.000,00)	(105.539.000,00)
		(163.801.077,68)	(112.829.135,51)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(13.829.814,49)	1.212.754,26
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Contratos de locação		(348.686,46)	(158.954,21)
Outros juros e gastos similares		(92,09)	(133,55)
Dividendos	14	(3.046.185,61)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(3.394.964,16)	(159.087,76)
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>		<b>164.066,25</b>	<b>139.667,37</b>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	13	440.252,43	300.585,06
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	<b>13</b>	<b>604.318,68</b>	<b>440.252,43</b>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Ana Paula Vieira e Pinho

O Conselho de Administração

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis  
Paulo Jorge Henriques Pereira  
Carlos Eduardo Afonso Braziel da Cruz David

## Anexo às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Montantes expressos em euros)

### 1 NOTA INTRODUTÓRIA

---

A SFS, Gestão e Consultoria, SA, (“Empresa” ou “SFS GC”) é uma sociedade anónima, constituída em 5 de abril de 2016, com sede em Lugar do Espido, Via Norte, 4470-177 Maia.

A Empresa tem como atividade principal a gestão da rede de Cartões Dá, a prestação de serviços de consultoria de gestão e marketing e mediação de seguros.

A Empresa pertence ao grupo Sonae, SGPS, SA, com sede em Lugar do Espido, Via Norte, 4470-177 Maia, Portugal, sendo as suas demonstrações financeiras incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas daquela entidade.

A Empresa continuou a acompanhar os desenvolvimentos relacionados com a pandemia COVID-19, incluindo as tomadas de posição e recomendações das entidades governamentais e de saúde e assegurou a implementação de medidas adequadas para promover a segurança de clientes e colaboradores, minimizando potenciais consequências adversas.

### 2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

---

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras foram as seguintes:

#### 2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor em 1 de janeiro de 2021 e conforme adotadas pela União Europeia.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do exercício. Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na nota 2.13.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

### Novas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“endorsed”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Novas normas, alterações às normas e interpretações efetivas a 1 de janeiro de 2021	Alteração	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19 após 30 de junho de 2021	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações, até 30 de junho de 2022	1/abr/21
IFRS 4 – diferimento da aplicação da IFRS 9	Fim do diferimento do início da aplicação da IFRS 9 para as entidades com atividade seguradora, adiado para 1 de janeiro de 2023	1/jan/21
IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência – fase 2	Isenções adicionais relacionadas com os impactos da reforma das taxas de juro de referência (“IBOR”), e especialmente a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa nos instrumentos financeiros negociados. Exigência de divulgação acerca da exposição à alteração das taxas de juro de referência	1/jan/21

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, decorrentes da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

### Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2022, já endossadas pela UE	Alteração	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1/jan/22
IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1/jan/22
IFRS 3 – Referências à Estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1/jan/22
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária	1/jan/23
IFRS 17 – Contratos de seguro (alterações)	Inclusão de alterações à IFRS 17 em áreas como: i) âmbito de aplicação; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações	1/jan/23
Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1/jan/22

A empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

## Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2022, ainda não endossadas pela UE	Alteração	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras Classificação de passivos	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento. Nova definição de “liquidação” de um passivo	1/jan/23
IAS 1 - Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas materiais, em detrimento de políticas contabilísticas significativas	1/jan/23
IAS 8 - Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1/jan/23
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento/ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1/jan/23
IFRS 17 - Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9	1/jan/23

Estas normas ainda não foram adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## 2.2 Investimentos

Os investimentos em partes de capital de empreendimentos conjuntos são registados nos termos do estabelecido no IAS 27 pelo seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade, conforme previsto no parágrafo 17 do IAS 28, em conjugação com o IFRS 11.

Relativamente aos investimentos em partes de capital e empréstimos concedidos a empreendimentos conjuntos a análise de imparidade é efetuada com base na estimativa de justo valor dos ativos líquidos do investimento em análise.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações detidas pela participada em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos, sempre que identificados indícios de imparidade, nomeadamente em resultado da distribuição de dividendos por parte daquelas participadas.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu e a diminuição possa ser relacionada objetivamente com determinado evento que ocorra após o reconhecimento inicial de imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido caso não tivesse sido registada qualquer perda por imparidade.

## 2.3 Outros ativos financeiros

A Empresa detém investimentos em unidades de participação num fundo de investimento que realiza investimentos em empresas dedicadas, sobretudo, a investigação e desenvolvimento. As perdas por imparidade são calculadas por comparação entre o valor recuperável do investimento, neste caso equivalente à cotação das unidades de participação do fundo, e o valor contabilístico do investimento.

Os rendimentos das unidades de participação recebidos são registados como “Ganhos relativos a investimentos”, quando atribuídos.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu e a diminuição possa ser relacionada objetivamente com determinado evento que ocorra após o reconhecimento inicial de imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido caso não tivesse sido registada qualquer perda por imparidade.

## 2.4 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida estimado para cada grupo de bens, e registadas por contrapartida da rubrica de “Depreciações e amortizações” da demonstração dos resultados.

As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimados:

Equipamento básico	1 a 10 anos
Equipamento administrativo	1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	1 ano

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se detetam por contrapartida da rubrica “Provisões e perdas por imparidade” da demonstração dos resultados.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos fixos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que ficam concluídos ou disponíveis para uso.

## 2.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica amortizações do exercício da demonstração dos resultados.

A vida útil do software é genericamente, 3 anos.

Os ativos intangíveis incluem a carteira de clientes adquirida ao BNP Personal Finance, relativa à mediação de seguro “Shopping Basket Protection” e mediação de seguros “CPI” que é utilizada na atividade operacional da Empresa. Este ativo encontra-se registado ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade, testada anualmente, e não é amortizado por se tratar de um ativo intangível sem vida útil definida.

As perdas por imparidade são calculadas por comparação entre o valor recuperável da carteira de clientes e o seu valor contabilístico.

## 2.6 Ativos sob direito de uso

A Empresa reconhece um ativo sob direito de uso na data de início do contrato de locação. O ativo sob direito de uso é inicialmente mensurado ao custo que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

Quando a responsabilidade por locações é remensurada, o valor do ativo sob direito de uso é também ajustado, ou é registado um ganho ou perda na demonstração dos resultados, se a quantia escriturada do ativo sob direito de uso já se encontrava reduzida a zero.

A Empresa apresenta os direitos de uso de ativos na rubrica “Ativos sob direitos de uso” na demonstração da posição financeira.

Nas locações de ativos de baixo valor, a Empresa não reconhece os direitos de uso de ativos ou responsabilidade de locações, reconhecendo os dispêndios associados a estas locações como gastos do exercício durante o período de vida dos contratos.

O ativo sob direito de uso é depreciado utilizando o método de depreciação linear, com base no prazo da locação como segue:

Edifícios e outras construções	3 a 5 anos
Viaturas ligeiras	2 a 5 anos

## 2.7 Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos com a venda.

## 2.8 Imparidade de ativos não correntes

São efetuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de perdas por imparidade em que foi inicialmente reconhecida. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

## 2.9 Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na nota 4.

### Ativos financeiros

#### Reconhecimento:

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a empresa se compromete a comprar ou a vender o ativo.

#### Classificação:

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela Empresa na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;
- ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade):
  - a) no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;
  - b) no caso de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a empresa não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a empresa optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através de outro rendimento integral;
- iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.



#### Mensuração:

A Empresa mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas por imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos”, nos “Rendimentos e ganhos financeiros” da demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento.

#### Perdas por imparidade:

A Empresa avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber na rubrica “Clientes”, a Empresa aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a Empresa apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, nomeadamente “Outras contas a receber”, a Empresa aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

#### Desreconhecimento de ativos financeiros:

A Empresa desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

**a) Clientes**

As dívidas de clientes são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas na demonstração da posição financeira deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade de clientes são registadas de acordo com os princípios descritos anteriormente.

**b) Empréstimos e outras contas a receber**

Os empréstimos são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da Empresa providenciar fundos ou prestar serviços a entidades relacionadas sem que tenha a intenção de transacionar esses ativos.

Os empréstimos são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes.

As contas a receber são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos bancários de curto prazo, na demonstração da posição financeira.

Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na nota 13.

**Classificação de capital próprio ou passivo**

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Empresa após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

## Passivos financeiros

Os passivos financeiros eram classificados em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados;
- ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas, “Fornecedores” e “Outras contas a pagar”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Empresa apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

### a) Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial.

### b) Método da taxa de juro efetiva

O método da taxa de juro efetiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e para efetuar a alocação de ganhos ou perdas com juros até à maturidade do instrumento financeiro.

## 2.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal e considera, quando existem situações relevantes, a tributação diferida.

A Empresa encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (REGTS), do qual a Sonae, SGPS, SA é a sociedade dominante desde 1 de janeiro de 2014. Os saldos apurados de imposto a receber ou a pagar são incluídos na rubrica da demonstração da posição financeira “Imposto sobre o rendimento”, sendo registados por contrapartida daquela entidade.

Os prejuízos fiscais gerados pelas sociedades dominadas no grupo fiscal (RETGS) determinam a sua afetação aos prejuízos fiscais do grupo. Com exceção do exercício de 2017, em que apenas a sociedade dominante relevou contabilisticamente o montante correspondente aos prejuízos gerados pelo grupo, as sociedades que contribuem com prejuízos fiscais registam o montante de imposto correspondente nas contas individuais, igualmente por contrapartida da rubrica da demonstração da posição financeira “Imposto sobre o rendimento”.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua

reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

### 2.11 Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos contratos de prestação de serviços no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito é registado na demonstração dos resultados quando é transferido o controlo sobre o serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

A Empresa considera que, atendendo à natureza dos serviços que estão associados às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica.

### 2.12 Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”, são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

### 2.13 Julgamentos e estimativas

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditem ser razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e julgamentos significativos refletidos nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis;
- b) Análise de imparidade de investimentos, ativos fixos tangíveis e intangíveis e ativos financeiros;
- c) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;
- d) Avaliação sobre existência ou não de locações, prazo da locação e impacto fiscal da locação.

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Empresa avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. Os saldos de “Clientes” e “Outras contas a receber” são avaliados para fatores como o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência

ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

#### 2.14 Eventos subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

#### 2.15 Transações com entidades relacionadas

As transações entre entidades relacionadas são efetuadas tendo por base referenciais de mercado, sendo reconhecidos os ganhos ou perdas decorrentes destas transações e divulgados os efeitos na nota 23.

### 3 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

---

Os princípios gerais da gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração.

As atividades da SFS GC estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de mercado, risco de liquidez e risco de crédito. O Conselho de Administração assume a responsabilidade por definir os princípios para a gestão dos riscos e as políticas que cobrem áreas específicas como: o risco de taxa de câmbio, o risco de taxa de juro, o risco de crédito, o uso de derivativos e outros instrumentos financeiros não derivativos, bem como o investimento do excesso de liquidez.

#### 3.1 Risco de mercado – risco taxa de juro

O risco de flutuação da taxa de juro pode-se traduzir num risco de fluxo de caixa ou num risco de justo valor, consoante se tenham negociado taxas de juro variáveis ou fixas.

Durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existiram empréstimos remunerados recebidos de instituições financeiras, mas existiram empréstimos remunerados ativos ao acionista único para aplicação do excedente de liquidez.

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;

- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta que a Empresa não teve dívida durante os anos de 2021 e 2020 e que existiram apenas empréstimos remunerados concedidos para aplicação do excedente de liquidez, estima-se que a exposição a este risco à data da demonstração da posição financeira, caso as taxas de juro de mercado tivessem aumentado, em média, 75bp durante o ano de 2021 e 2020, teria originado um aumento de juros obtidos num montante aproximado de 73.270 euros e 194.204 euros, respetivamente.

### 3.2 Risco de liquidez

Uma gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas perante os seus fornecedores, colaboradores, acionistas e outros credores.

As necessidades de fundo de maneio referentes à atividade da SFS GC durante o ano de 2021 foram asseguradas pela atividade da Empresa e estima-se que, em 2022, também assim seja.

Apesar do fundo de maneio se apresentar negativo em cerca de 4 milhões de euros, a Empresa considera que este risco é reduzido pelo facto de as necessidades de fundo de maneio deste negócio serem negativas e beneficiar do continuado apoio do acionista.

### 3.3 Risco de crédito

O risco de crédito referente à atividade da SFS GC continuou a ser muito reduzido, visto que mais de 90% das vendas de Cartões Dá (a principal atividade da Empresa) a clientes B2B são efetuadas após boa cobrança; adicionalmente, as vendas do canal B2C são efetuadas através de lojas do grupo Sonae e compensadas com as utilizações dos Cartões Dá também em lojas do grupo Sonae, mitigando risco de crédito.

Considera-se que os “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas” têm risco de crédito baixo, pelo que as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo risco de crédito baixo quando têm risco de incobabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

## 4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros a 31 de dezembro de 2021 e 2020, de acordo com as políticas descritas na nota 2.9, foram classificados como segue:

	Nota	31.dezembro.2021			31.dezembro.2020				
		Mensurados ao justo valor através de resultados	Ativos a custo amortizado	Outros ativos não financeiros	Total	Mensurados ao justo valor através de resultados	Ativos a custo amortizado	Outros ativos não financeiros	Total
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES:</b>									
Outros ativos financeiros	9	3.001.492,36	-	-	3.001.492,36	3.000.800,03	-	-	3.000.800,03
		3.001.492,36	-	-	3.001.492,36	3.000.800,03	-	-	3.000.800,03
<b>ATIVOS CORRENTES:</b>									
Clientes		-	493.623,75	-	493.623,75	-	686.630,97	-	686.630,97
Outras contas a receber	11	-	46.737.318,45	-	46.737.318,45	-	31.303.978,08	-	31.303.978,08
Outros ativos correntes		-	25.717,14	64.129,62	89.846,76	-	27.755,45	239.053,59	266.809,04
Caixa e equivalentes de caixa	13	-	604.318,68	-	604.318,68	-	440.252,43	-	440.252,43
		-	47.860.978,02	64.129,62	47.925.107,64	-	32.458.616,93	239.053,59	32.697.670,52
		3.001.492,36	47.860.978,02	64.129,62	50.926.600,00	3.000.800,03	32.458.616,93	239.053,59	35.698.470,55

	Nota	31.dezembro.2021			31.dezembro.2020		
		Passivos a custo amortizado	Outros passivos não financeiros	Total	Passivos a custo amortizado	Outros passivos não financeiros	Total
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>							
Fornecedores		940.004,42	-	940.004,42	331.727,64	-	331.727,64
Outras contas a pagar	15	48.769.316,18	327.698,41	49.097.014,59	32.275.215,91	443.723,94	32.718.939,85
Outros passivos correntes	16	1.363.764,68	-	1.363.764,68	1.852.137,67	-	1.852.137,67
		51.073.085,28	327.698,41	51.400.783,69	34.459.081,22	443.723,94	34.902.805,16

## 5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
<b>Ativo bruto</b>					
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2020	74.884,31	52.246,16	-	497,38	127.627,85
Aquisições	-	2.164,22	-	697.044,90	699.209,12
Alienações	-	(895,25)	-	-	(895,25)
Transferências	342.667,85	115.258,28	240,47	(458.166,60)	-
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2021	417.552,16	168.773,41	240,47	239.375,68	825.941,72
Aquisições	-	7.312,91	-	81.346,32	88.659,23
Alienações	-	(895,00)	-	-	(895,00)
Transferências	39.960,00	2.665,20	-	(42.625,20)	-
Abates	-	-	-	(110,48)	(110,48)
Saldo final a 31 de dezembro de 2021	457.512,16	177.856,52	240,47	277.986,32	913.595,47
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2020	48.554,81	38.140,69	-	-	86.695,50
Depreciações	28.081,19	47.737,03	240,47	-	76.058,69
Alienações	-	(74,83)	-	-	(74,83)
Saldo inicial 1 de janeiro de 2021	76.636,00	85.802,89	240,47	-	162.679,36
Depreciações	45.428,98	56.089,96	-	-	101.518,94
Alienações	-	(895,00)	-	-	(895,00)
Saldo final a 31 de dezembro de 2021	122.064,98	140.997,85	240,47	-	263.303,30
<b>Valor líquido</b>					
A 31 de dezembro de 2020	340.916,16	82.970,52	-	239.375,68	663.262,36
A 31 de dezembro de 2021	335.447,18	36.858,67	-	277.986,32	650.292,17



## 6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido na rubrica de ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Software	Carteira de clientes	Ativos intangíveis em curso	Total ativos intangíveis
<b>Ativo bruto</b>				
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2020	39.841,75	-	46.000,00	85.841,75
Aquisições	1.926,25	3.567.000,00	63.467,50	3.632.393,75
Transferências	47.520,00	-	(47.520,00)	-
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2021	89.288,00	3.567.000,00	61.947,50	3.718.235,50
Aquisições	3.288,75	-	4.732,50	8.021,25
Saldo final a 31 de dezembro de 2021	92.576,75	3.567.000,00	66.680,00	3.726.256,75
<b>Amortizações acumuladas</b>				
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2020	39.841,75	-	-	39.841,75
Amortizações	4.120,52	-	-	4.120,52
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2021	43.962,27	-	-	43.962,27
Amortizações	16.664,79	-	-	16.664,79
Saldo final a 31 de dezembro de 2021	60.627,06	-	-	60.627,06
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>				
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2021	-	-	-	-
Perdas por imparidade	-	356.700,00	-	356.700,00
Saldo final a 31 de dezembro de 2021	-	356.700,00	-	356.700,00
<b>Valor líquido</b>				
A 31 de dezembro de 2020	45.325,73	3.567.000,00	61.947,50	3.674.273,23
A 31 de dezembro de 2021	31.949,69	3.210.300,00	66.680,00	3.308.929,69

A rubrica “Carteira de clientes” refere-se à carteira de clientes adquirida, no final de 2020, ao BNP Personal Finance relativa às atividades de mediação dos seguros “Shopping Basket Protection” e “CPI”. No exercício de 2021 foi registada uma perda por imparidade neste ativo intangível de 356,7 mil euros com base numa avaliação pelo método dos fluxos de caixa descontados.

## 7 ATIVOS SOB DIREITO DE USO E PASSIVO DE LOCAÇÃO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos ativos sob direito de uso, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	Edifícios e outras construções	Viaturas ligeiras	Total do ativos sob direito de uso
<b>Ativo bruto</b>			
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2020	272.740,86	92.861,89	365.602,75
Aumentos	824.937,43	5.511,18	830.448,61
Abates	-	(20.820,70)	(20.820,70)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2021	1.097.678,29	77.552,37	1.175.230,66
Aumentos	40.046,85	3.873,61	43.920,46
Diminuições	(18.492,36)	-	(18.492,36)
Abates	(46.987,59)	-	(46.987,59)
Saldo final a 31 de dezembro de 2021	1.072.245,19	81.425,98	1.153.671,17
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2020	90.906,76	28.136,15	119.042,91
Depreciações	208.443,58	21.126,79	229.570,37
Abates	-	(17.735,67)	(17.735,67)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2021	299.350,34	31.527,27	330.877,61
Depreciações	264.249,26	20.897,11	285.146,37
Abates	(43.984,96)	-	(43.984,96)
Saldo final a 31 de dezembro de 2021	519.614,64	52.424,38	572.039,02
<b>Valor líquido</b>			
A 31 de dezembro de 2020	798.327,95	46.025,10	844.353,05
A 31 de dezembro de 2021	552.630,55	29.001,60	581.632,15

As responsabilidades relativas aos ativos sob direito de uso estão registadas nas rubricas passivo de locação não corrente e corrente e ascendem, em 31 de dezembro de 2021, a 458.232,69 euros e 250.581,73 euros, respetivamente (691.229,91 euros e 300.573,95 euros em 31 de dezembro de 2020).



Na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram reconhecidos 285.146,37 euros relativos a depreciações do exercício (229.570,37 euros em 31 de dezembro de 2020) na rubrica “Depreciações e amortizações” e 40.258,76 euros relativos a juros referentes à atualização da dívida (35.905,40 euros em 31 de dezembro de 2020) na rubrica “Gastos e perdas financeiros” (nota 18).

## 8 INVESTIMENTOS E ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em dezembro de 2021, a Empresa chegou a acordo para a alienação da sua participação de 50% na MDS, SGPS, S.A pelo valor de 100 milhões de euros. A conclusão desta transação está sujeita a aprovação de entidades regulatórias, prevendo-se que ocorra no 1º semestre de 2022.

Na sequência deste acordo, a Empresa transferiu este investimento para ativos não correntes detidos para venda.

A MDS, SGPS, SA corresponde a um empreendimento conjunto nos termos da IFRS 11 e a sua valorização é sujeita a testes de imparidade, não havendo indícios de qualquer perda por imparidade. Em 31 de dezembro de 2021 o valor recuperável da participação encontra-se suportado pelo valor de alienação constante do acordo de venda celebrado naquele mês.

## 9 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2020 a Empresa adquiriu 3 milhões de euros de unidades de participação do Fundo Bright Tech Innovation I, correspondentes a 3.000 unidades de participação com valor nominal unitário de 1.000,00 euros, correspondente a uma participação de 10%.

Os outros ativos financeiros incluem ainda, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os montantes relativos ao Fundo de Compensação do Trabalho.

## 10 IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, foi o seguinte:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Provisões/perdas por imparidade em ativos	80.257,50	-	-	-
Contratos de locação	159.483,24	223.155,87	130.867,23	189.979,44
Remuneração convencional do capital social	189.000,00	378.000,00	-	-
CFEI	7.708,74	-	-	-
SIFIDE	2.403.477,35	2.475.000,00	-	-
	<u>2.839.926,83</u>	<u>3.076.155,87</u>	<u>130.867,23</u>	<u>189.979,44</u>

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos durante os exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Saldo inicial	3.076.155,87	62.099,22	189.979,44	55.475,96
Efeito em resultados: (nota 12)				
Provisões/perdas por imparidade em ativos	80.257,50	-	-	-
Contratos de locação	(63.672,63)	161.056,65	(59.112,21)	134.503,48
Remuneração convencional do capital social	(189.000,00)	378.000,00	-	-
CFEI	7.708,74	-	-	-
SIFIDE	(71.522,65)	2.475.000,00	-	-
	<u>(236.229,04)</u>	<u>3.014.056,65</u>	<u>(59.112,21)</u>	<u>134.503,48</u>
Saldo final	<u>2.839.926,83</u>	<u>3.076.155,87</u>	<u>130.867,23</u>	<u>189.979,44</u>

O benefício do SIFIDE II advém da aquisição do Fundo Bright Tech I e encontra-se dependente da manutenção das UP's no período de 5 anos.

## 11 OUTRAS CONTAS A RECEBER

O detalhe das outras contas a receber em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era como segue:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
<b>Ativo corrente</b>		
Empréstimos concedidos - acionista (nota 25)	43.073.000,00	29.119.000,00
Fornecedores c/c - saldos devedores	63.815,39	5.298,88
Outras contas a receber	3.600.503,06	2.179.679,20
	<u>46.737.318,45</u>	<u>31.303.978,08</u>

Os empréstimos concedidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, venciam juros a taxas de mercado e não tinham uma maturidade definida, não ultrapassando contudo os 12 meses.

O montante registado na rubrica “Outras contas a receber” respeita, essencialmente, a montantes a receber de entidades relacionadas relativas ao saldo entre carregamentos e utilizações de Cartões Dá.

Não existem ativos vencidos ou em imparidade em 31 de dezembro 2021 e 2020. O justo valor a receber é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

## 12 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O montante registado nesta rubrica da demonstração da posição financeira corresponde ao saldo a pagar à dominante relativo ao imposto do exercício apurado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados nos exercícios de 2021 e 2020 é detalhado como segue:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Imposto corrente	228.023,29	30.818,31
Imposto diferido (nota 10)	177.116,83	(2.879.553,17)
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<u>405.140,12</u>	<u>(2.848.734,86)</u>

A reconciliação do imposto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, pode ser analisada como se segue:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Resultado antes de imposto	1.427.145,58	357.776,75
Taxa de imposto teórica	21,00%	21,00%
<b>Imposto sobre o rendimento teórico</b>	<u>299.700,57</u>	<u>75.133,12</u>
Provisões e imparidades de ativos	(80.257,50)	
Benefícios fiscais		
SIFIDE	71.522,65	(2.475.000,00)
Remuneração convencional do capital social	100.800,00	(466.200,00)
CFEI	(7.708,74)	-
Contratos de locação	4.019,83	(26.553,17)
Tributação autónoma	7.787,96	3.625,86
Derrama	20.458,25	1.292,36
Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto	(5.642,63)	7.893,61
Prejuízos fiscais reportáveis	86,52	(86,52)
Outros	(5.626,79)	31.159,88
<b>Total imposto sobre o rendimento</b>	<u>405.140,12</u>	<u>(2.848.734,86)</u>

## 13 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
<b>Depósitos bancários</b>	<u>604.318,68</u>	<u>440.252,43</u>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira e na demonstração de fluxos de caixa	604.318,68	440.252,43

## 14 CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social, integralmente subscrito e realizado, era representado por 34.651.800 ações ordinárias, com o valor nominal de 1 euro cada.

A Empresa é detida integralmente pela Sonae, SGPS, SA, com sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia.

### Distribuição de dividendos

Por deliberação da Assembleia Geral, realizada em 27 de maio de 2021, foram distribuídos 3.046.185,61 euros do resultado líquido referente ao exercício de 2020.

### Reserva legal

A Empresa constitui as reservas legais conforme estipulado no Código das Sociedades Comerciais. Em 2021 e 2020 transferiu para esta rubrica o montante de 160.326,00 euros e de 7.005,50 euros, respetivamente.

## 15 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe das outras contas a pagar era o seguinte:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
<b>Passivo não corrente</b>		
Cientes c/c - saldos credores	188.134,71	180.985,53
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o valor acrescentado	306.547,57	245.314,43
Retenção na fonte - IRS	8.258,00	20.180,27
Contribuições para a Segurança Social	12.892,84	11.692,47
Outras dívidas	48.581.181,47	32.260.767,15
	<u>49.097.014,59</u>	<u>32.718.939,85</u>

O montante de 48.581.181,47 euros (32.260.767,15 euros em 31 de dezembro de 2020) registado na rubrica “Outras dívidas” inclui 25.333.363,68 euros (22.104.119,77 euros em 31 de dezembro de 2020) referentes à responsabilidade da Empresa relativamente a meios de pagamentos na posse de clientes. O montante remanescente corresponde a dívidas provenientes de saldos entre carregamentos e utilizações de Cartões Dá.

## 16 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe dos outros passivos correntes era o seguinte:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Fornecimentos e serviços externos	655.168,88	1.052.829,58
Remunerações a liquidar	155.136,10	166.536,77
Outros acréscimos de gastos	553.459,70	632.771,32
<b>Acréscimos de gastos</b>	<u>1.363.764,68</u>	<u>1.852.137,67</u>

A rubrica “Remunerações a liquidar” corresponde às responsabilidades vencidas em 2021 a pagar em 2022 relativas a férias e subsídio de férias, outras remunerações e respetivos encargos.

Os “Outros acréscimos de gastos” são relativos à comissão devida sobre o volume de vendas de Cartões Dá a clientes empresariais.

## 17 RÉDITO

O detalhe do rédito nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era como segue:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Processamento cartões Dá	2.559.406,19	1.023.345,39
Consultoria gestão/desenvolvimento imóveis	936.401,98	954.498,61
Comissões	662.932,64	497.062,09
Cedência de espaço	323.199,25	223.834,65
<b>Rédito</b>	<b>4.481.940,06</b>	<b>2.698.740,74</b>

## 18 RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 têm a seguinte composição:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
<b>Gastos e perdas financeiras:</b>		
Juros suportados relativos a:		
contratos de locação (nota 7)	40.258,76	35.905,40
descobertos e financiamentos obtidos	86,60	125,59
	<b>40.345,36</b>	<b>36.030,99</b>
<b>Rendimentos e ganhos financeiros:</b>		
Juros obtidos relativos a:		
financiamentos concedidos por entidades relacionadas (nota 25)	249.236,38	261.528,61
	<b>249.236,38</b>	<b>261.528,61</b>

## 19 OUTROS RENDIMENTOS

O detalhe dos outros rendimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era o seguinte:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Valores não reclamados	1.120.414,66	1.378.066,93
Recuperação de encargos	381.558,90	177.192,35
Diferenças cambiais favoráveis	292,63	-
Outros	29.500,18	876,61
	<b>1.531.766,37</b>	<b>1.556.135,89</b>

Os montantes registados em valores não reclamados correspondem a saldo expirado dos Cartões Dá que revertem a favor da Empresa.

## 20 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Trabalhos especializados	1.701.511,27	2.000.773,89
Consumíveis	433.173,99	342.102,24
Publicidade e propaganda	126.223,74	134.573,65
Outros	256.162,85	152.633,62
	<b>2.517.071,85</b>	<b>2.630.083,40</b>

O montante registado em "Consumíveis" corresponde à produção de Cartões Dá.

## 21 GASTOS COM O PESSOAL

O detalhe dos gastos com o pessoal nos exercícios de 2021 e 2020 era o seguinte:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Remunerações	577.541,00	542.652,01
Encargos sobre remunerações	120.329,20	115.165,52
Outros gastos com pessoal	34.263,80	62.937,86
	<u>732.134,00</u>	<u>720.755,39</u>
Nº médio de colaboradores	17	15

## 22 OUTROS GASTOS

Durante os exercícios de 2021 e 2020 o detalhe dos outros gastos foi como segue:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Impostos indiretos	113.864,00	8.049,45
Taxas	80,00	80,00
Outros	672.271,92	453.879,68
	<u>786.215,92</u>	<u>462.009,13</u>

O valor registado em “Outros” corresponde, essencialmente, a comissões concedidas sobre o volume de vendas de Cartões Dá a clientes empresariais.

## 23 ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as transações e saldos com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Transações	Vendas e prestações de serviços		Fornecimentos e serviços externos	
	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Acionista	4.700,00	9.000,00	-	39,36
Outras partes relacionadas	2.983.636,37	2.623.860,19	680.646,64	717.267,82
	<u>2.988.336,37</u>	<u>2.632.860,19</u>	<u>680.646,64</u>	<u>717.307,18</u>

  

Transações	Juros auferidos		Juros suportados		Outros rendimentos	
	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Acionista	241.308,56	257.335,48	-	-	-	-
Outras partes relacionadas	7.927,77	4.193,13	35.589,92	26.665,22	5.155,65	13.041,42
	<u>249.236,33</u>	<u>261.528,61</u>	<u>35.589,92</u>	<u>26.665,22</u>	<u>5.155,65</u>	<u>13.041,42</u>

  

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Acionista	49.557,48	51.486,11	231.733,11	12.477,54
Outras partes relacionadas	2.429.134,64	1.675.174,00	22.516.385,97	9.005.959,04
	<u>2.478.692,12</u>	<u>1.726.660,11</u>	<u>22.748.119,08</u>	<u>9.018.436,58</u>

  

Saldos	Financiamentos	
	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
	Concedidos	
Acionista	43.073.000,00	29.119.000,00
	<u>43.073.000,00</u>	<u>29.119.000,00</u>

Consideram-se “Outras partes relacionadas” todas as subsidiárias, empresas conjuntamente controladas ou associadas da Efanor Investimentos, SGPS, S.A., nomeadamente: as empresas do Grupo Sonae, SGPS, S.A. (o qual inclui, entre outras, as sociedades pertencentes aos subgrupos dominados pela Sonae MC, SGPS, S.A., Sonae Holdings, S.A., Sonae Sierra, SGPS, S.A. e pela Sonaecom, SGPS, S.A.); as empresas do grupo Sonae Indústria; e as empresas do grupo Sonae Capital.

## 24 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
<b>Resultados</b>		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído	1.022.005,46	3.206.511,61
<b>Número de ações</b>		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído	34.651.000	34.651.000
<b>Resultado por ação (básico e diluído)</b>	<b>0,03</b>	<b>0,09</b>

## 25 INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

### Decreto-Lei nº 318/94 art.º 5º n.º 4

Empréstimos concedidos	Saldo a 1.janeiro.2021	Aumentos	Diminuições	Saldo a 31.dezembro.2021
Sonae SGPS, SA (nota 11)	29.119.000,00	108.893.000,00	(94.939.000,00)	43.073.000,00
Sonae Holdings, S,A,	-	54.781.000,00	(54.781.000,00)	-
	29.119.000,00	163.674.000,00	(149.720.000,00)	43.073.000,00

### Art.ºs 35º a 42º do Código Fiscal do Investimento (CFI)

Durante o exercício de 2020, a Empresa exerceu atividades de investigação e desenvolvimento, passíveis de enquadramento no Sistema de Incentivos Fiscais ao Investimento e Desenvolvimento Empresarial II (SIFIDE II), nos termos do decreto-lei nº 162/2014 de 31 de outubro, que transpõe o regime para o Código Fiscal do Investimento (CFI).

À data das demonstrações financeiras a Empresa tinha reconhecidos na sua demonstração da posição financeira ativos por impostos diferidos no montante de 2.403.477,35 euros relativos a SIFIDE.

Em resultado da dedução à coleta de IRC deste benefício fiscal, a Empresa registou em 2021 uma redução do IRC a pagar em no montante de 71.522,65 euros. Estando a Empresa incluída no grupo de empresas tributado ao abrigo do RETGS, do qual a sociedade Sonae, SGPS, S.A. se constitui como sociedade dominante, o total de IRC que deixará de ser pago manifesta-se ao nível do Grupo, sem prejuízo do direito de regresso pela parte de imposto que cabe à Empresa, nos termos e para efeitos do artigo 115º do CIRC.

As despesas que, por insuficiência de coleta, não possam ser deduzidas no exercício de 2021 poderão ser deduzidas até 2029.

### Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II)

A Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho aprova o benefício fiscal do CFEI II correspondente a uma dedução à coleta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) no montante de 20% das despesas de investimento em ativos afetos à exploração e consideráveis elegíveis nos termos do respetivo diploma, com o montante máximo de 5.000.000 euros, que sejam efetuadas entre 1 de julho de 2020 e 30 de junho de 2021.

A dedução, que poderá atingir um máximo de 1.000.000 euros, é efetuada na liquidação de IRC respeitante ao período de tributação que se inicie em 2020 ou 2021, até à concorrência de 70% da coleta daquele imposto, tendo em atenção as datas relevantes dos investimentos elegíveis. A importância que não possa ser deduzida à coleta num determinado exercício, nos termos explicitados, poderá sê-lo, nas mesmas condições, nos 5 períodos de tributação subseqüentes.

Assim, no período compreendido entre 1 de janeiro de 2021 e 30 de junho de 2021, a Empresa suportou despesas de investimento em ativos afetos à exploração elegíveis para efeitos deste incentivo que lhe permitem, cumpridos que se encontram todos os demais requisitos legais, uma dedução máxima à coleta de IRC pelo montante de 39.274,34 euros.

À data das demonstrações financeiras a Empresa tinha reconhecido na sua demonstração da posição financeira ativos por impostos diferidos no montante de 7.708,74 euros relativos a CFEI.

Estando a Empresa incluída no grupo de empresas tributado ao abrigo do RETGS, do qual a sociedade Sonae, SGPS, S.A. se constitui como sociedade dominante, o total de IRC que deixará de ser pago manifesta-se ao nível do Grupo, sem prejuízo do direito de regresso pela parte de imposto que cabe à Empresa, nos termos e para efeitos do artigo 115º do CIRC.

## **26 EVENTOS SUBSEQUENTES**

---

Não ocorreram eventos significativos após 31 de dezembro de 2021 até esta data que necessitem de ser divulgados.

## **27 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

---

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2022. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

Aprovado na reunião do Conselho de Administração do dia 31 de março de 2022.

O Contabilista Certificado,

Ana Paula Vieira e Pinho

O Conselho de Administração,

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Carlos Eduardo Afonso Braziel da Cruz David

Paulo Jorge Henriques Pereira

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado